

**A IDENTIDADE EM TRÊS OLHARES:
CONTRIBUIÇÕES E NUANCES DE BOAVENTURA SANTOS, CASTELLS E
CUCHE**

Jairo Hely Silva¹

RESUMO: O conceito de identidade é inquestionavelmente relevante para as análises acadêmicas e sociais da atualidade. Ao longo dos tempos, no âmbito das Ciências Sociais, consolidaram-se as discussões sobre a temática identidade, com várias contribuições problematizando a vida em sociedade e a construção deste importante conceito para entendermos tanto as individualidades, quanto as coletividades. Teóricos das mais diversas linhas e escolas do pensamento social, “afastaram-se” e “aproximam-se”, analisando o conceito e problematizando-o. Este esforço teórico se dá no sentido de entender os fenômenos presentes nas sociedades envolvente se suas particularidades, e tem o propósito de possibilitar uma discussão em torno da identidade, o que resulta, desde sempre, num amplo e caro debate para as Ciências Sociais. Entre os teóricos que discutem o conceito estão Boaventura de Souza Santos, Manuel Castells e Denys Cuche. Nas suas contribuições, podemos perceber a existência de nuances que auxiliam no entendimento da identidade, a partir da materialização dos recentes fenômenos sociais. Procura-se aqui, partindo de uma rápida, porém importante análise das contribuições teóricas dos três pensadores, bem como das aproximações e distanciamentos teóricos existentes entre eles, avaliar os nuances que subsidiam para o entendimento histórico do conceito de Identidade.

Palavras-chave: Identidade; Boaventura Santos; Castells; Cuche.

**IDENTITY IN THREE LOOKS: CONTRIBUTIONS AND NUANCES OF
BOAVENTURA SANTOS, CASTELLS AND CUCHE**

ABSTRACT: The concept of identity is unquestionably relevant to current academic and social analyzes. Over the years, within the scope of Social Sciences, discussions on the theme of identity were consolidated, with several contributions problematizing life in society and the construction of this important concept to understand both individualities and collectivities. Theorists of the most diverse lines and schools of social thought, “moved away” and “approached”, analyzing the concept and problematizing it. This theoretical effort is made in order to understand the phenomena present in the surrounding societies and their particularities, and has the purpose of enabling a discussion around identity, which has always resulted in a wide and expensive debate for the Social Sciences. Among the theorists who discuss the concept are Boaventura de Souza Santos, Manuel Castells and Denys Cuche. In his contributions, we can perceive the existence of nuances that help in the understanding of identity, from the materialization of recent social phenomena. It is sought here, starting

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: oriaj_21@yahoo.com.br

from a quick, but important analysis of the theoretical contributions of the three thinkers, as well as of the theoretical approaches and distances existing between them, to evaluate the nuances that subsidize for the historical understanding of the concept of Identity.

Keywords: Identity; Boaventura Santos; Castells; Cuche.

INTRODUÇÃO

Nas Ciências Sociais foram “criados” alguns conceitos que tomaram formas, ganharam espaços e contribuíram de modo fundamental para o estudo das sociedades. Dentre os vários conceitos, um dos mais relevantes é o denominado de identidade. A identidade tem se destacado como um importante problema para as Ciências Sociais, bem como para várias áreas afins no conjunto das chamadas Ciências Humanas. Pesquisas atuais se debruçam sobre a temática, no sentido de entender quais são os fatores implicativos para as situações onde estão localizadas as mais complexas sociedades, aquelas nas quais as questões da identidade exercem forças muito influenciadoras. Assim, as abordagens discutindo os processos de elaboração das identidades se debruçam, desde sempre, em entender a sua relevância para a construção individual e social, numa relação interativa de um contexto socio-global.

Na segunda metade do século XX, as abordagens sobre a identidade ganharam contornos característicos. Atualmente, elas dialogam com diversas perspectivas práticas e teóricas e é nesse sentido, por exemplo, que percebemos as várias contribuições e análises sobre o conceito. Com efeito, surgem novas e primordiais questões para as abordagens sobre a identidade, onde vários autores discutem a partir de nuances que guardam relações comuns e, ao mesmo tempo, se distanciam nas concepções teóricas. Entre estes vários autores, abordamos três: Boaventura de Souza Santos: pensa a identidade como algo dinâmico, em plena construção e diálogo com as transformações sociais; Denys Cuche: com uma ampla abordagem sobre o conceito que considera, por exemplo, que o procedimento de reconhecimento e identificação, agindo de forma ativa nas sociedades envolventes, pode operar num sentido que resulta o "fechamento em uma identidade etnocultural" e; Manuel Castells: propondo a identidade eivada de um poder sem precedentes que, posicionando-se estrategicamente, interfere diretamente nos rumos de uma sociedade, exercendo "força para dentro e para fora". Em suma, nestes

autores existe uma problematização comum sobre o conceito: a identidade é resultado e resultante de processos históricos. E é a partir deste entendimento que apontamos pontos do importante e histórico debate a respeito do conceito de identidade.

Para iniciarmos uma análise dos nuances existentes nas contribuições e pontos de vista científico dos três autores, apresentamos os subsídios teóricos propostos por Cuche (1999). Este pensador produziu uma ampla abordagem em torno do conceito de identidade, indicando no desdobramento dessa rica e importante análise do fenômeno, como a construção do conceito percorreu caminhos diversos nos últimos tempos. Cuche apresentou um “manual da identidade”, com discussões desde as noções objetivistas até as subjetivistas. Uma análise que contribui para entender o conceito a partir de pontos como "auto-identidade" e "hetero-identidade", numa construção teórica importantíssima para compreensão da identidade que também é relacional e situacional. Uma proposta teórica crítica, onde chamamos a atenção para o nível em que a identidade assume, de forma mais articulada, posicionamentos estratégicos numa conjuntura onde grupos sociais específicos se posicionam politicamente, inseridos em determinada situação para afirmar e requerer o reconhecimento das identidades características.

Num segundo momento de análise conceitual, nos aproximamos, partindo dos nuances apontados por Cuche (1999), do pensamento de Castells. No que diz respeito ao entendimento a partir de uma concepção de estratégia política, Castells (1999) propôs a identidade eivada de um poder sem precedentes, posicionando-se estrategicamente, interferindo diretamente nos rumos de uma sociedade, exercendo "força para dentro e para fora". O autor provoca reflexões quanto à força do Estado na imposição das identidades. Citando situações como as existentes na organização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e no Estado Espanhol, nos transportando à uma visualização, a partir de situações históricas, do poder e das estratégias das identidades; convidando a pensar sobre as relações entre as instituições e as resistências das identidades grupais e coletivas. Como ocorre a oposição das identidades étnicas quando pressionadas pela ideia de uma identidade geral, nacional? As análises de Castells contribuem para a compreensão desta e outras questões.

Finalizando a nossa análise, introduzimos Boaventura de Souza Santos. Ao questionar sobre a necessidade de sabermos quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados, Santos (1994)

discutiu sobre as possibilidades da existência de uma "identidade fictícia", num estágio onde a própria identidade responde às demandas internas e externas a ela, de forma a inventar-se e reinventar-se no conjunto das situações sociais. O autor, a partir de uma abordagem contemporânea, refletiu sobre as ações do mercado e do Estado e de como materializam-se nos contextos onde estão imbricadas as reivindicações das identidades. O que é a identidade na modernidade? Seria ela o resultado de uma pressão vinda de fora, ou a consolidação de uma resistência que significa a sobrevivência? Estas questões levam a perceber as possibilidades modernas de respostas sobre as identidades e, nesse sentido, ao questionamento: a identidade seria, portanto, fictícia?

Nas considerações finais, apresentamos uma breve análise crítica dos debates históricos sobre o conceito de identidade, questionando sobre a sua construção e como as Ciências Sociais vem lidando com a identidade ao longo dos tempos, pontuando algumas outras contribuições teóricas e importantes para o debate e, com efeito, para a vida em sociedade.

DENYS CUCHE E O “MANUAL SOBRE IDENTIDADE”

Em sua obra denominada *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*², Denys Cuche (1999) propôs uma ampla abordagem sobre os principais debates a respeito da identidade, a partir do que considerou como questões relevantes para as Ciências Sociais, principalmente quando pesamos as transformações sociais ocorridas no final do século XX. Pela riqueza da análise proposta pelo pensador, não é demasiadamente pretencioso considerar sua abordagem teórica como um “manual sobre a identidade”. Em suma, para Cuche a identidade é um debate caríssimo para as Ciências Sociais e tem ganhado corpo nas abordagens que se debruçam sobre as novas relações sociais projetadas nos períodos recentes.

Primeiramente, numa concepção geral, Cuche (1999) analisou a identidade como fator preponderante para as filiações internas de um grupo, como também para as relações com outras "coligações sociais". Neste sentido, ponderou que a identidade grupal e social é resultado de uma relação cultural. É fruto do entendimento do *nós-eles*

²Nesta obra, Cuche realizou uma ampla discussão sobre a cultura, donde destacamos o debate em torno do conceito de identidade.

e dos seus desdobramentos nas defesas e afirmações de culturas específicas, para dentro e para fora dos universos particulares. Em outras palavras, a identidade é o resultado do próprio "jogo social". A partir desta abordagem, percebemos o quão problemática é a questão da identidade, bem como o quanto estas questões podem significar importantes influências sobre entendimentos e comportamentos grupais e gerais. Na perspectiva dos enfoques do autor, interessa-nos as características fundamentais da elaboração sobre o conceito identidade.

Consideremos, inicialmente, a ideia que concebeu e propôs a identidade como algo precedente ao indivíduo. Cuche (1999) apontou as correntes teóricas que analisaram e sugeriram a identidade como algo estático, definida e, segundo o autor, limitada. São as compreensões objetivistas. Existindo numa noção que se materializa, principalmente, na visão que aproxima a identidade de uma construção vinculada apenas à herança genética, essas concepções resultam de um essencialismo teórico e social, onde o indivíduo está envolvido pela realidade histórica e legítima do grupo. Assim, a facção ao qual o indivíduo pertence lhe impõe uma identidade como algo anterior a ele, ainda que está imposição ocorra, "inconscientemente", por meios e forças invisíveis. Todavia, essa força da identidade enraizada e enraizadora não age apenas sobre o indivíduo, ela também se materializa sobre o próprio grupo, a partir de imposições internalizadas e também externas. Ocorrendo, incontestavelmente, um engessamento da identidade individual e/ou coletiva. Para Cuche (1999), além de representar um dogma ideológico do conceito, essas concepções sobre a identidade agem como um efeito de "racialização" e "enraizamento" dos indivíduos e do grupo:

[...] A origem, as "raízes" segundo a imagem comum, seriam o fundamento de toda identidade cultural, isto é, aquilo que definiria o indivíduo de maneira autêntica. Esta representação quase genética da identidade que serve de apoio para ideologias do enraizamento, leva à "naturalização" da vinculação cultural. Em outras palavras, a identidade seria preexistente ao indivíduo que não teria alternativa senão aderir a ela, sob o risco de se tornar um marginal, um "desenraizado". Vista desta maneira, a identidade é uma essência impossibilitada de evoluir e sobre a qual o indivíduo ou o grupo não tem nenhuma influência. (CUCHE, 1999, p.178).

Notadamente, observamos a presença de teses evocando a identidade como algo que não se transforma, que está necessariamente e indissociavelmente vinculada à ideia de uma identidade definitiva, imutável e impenetrável.

Apresentada a concepção de identidade como resultada de uma certa herança genética, temos agora o ponto de vista que à vincula a uma total culturalização e socialização do grupo e do indivíduo. Essa segunda abordagem, que também pertencente a percepção objetivista, age como princípio da proposta dos enfoques culturalistas da identidade. Dessa forma, a identidade do indivíduo e do grupo, na concepção de identidade culturalista, está engendrada apenas na socialização, sem romper as próprias fronteiras. Cuche (1999) também considera essa visão limitada, assim como a ideia de identidade apenas como herança genética. Apontando ainda:

[...] o resultado é quase o mesmo, pois segundo esta abordagem, o indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, até o ponto de se identificar com seu grupo de origem. Ainda assim a identidade é definida como preexistente ao indivíduo. Toda identidade cultural é vista como consubstancial com uma cultura particular. (CUCHE, 1999, p.179).

Esta ideia ainda reside numa concepção de identidade anterior ao indivíduo, uma identidade capturando a sua subjetividade e que não possibilita a ruptura das fronteiras das suas relações com o grupo em que convive e com a sociedade no geral. Assim, não se consegue visualizar um “ponto de fuga”. Pois o indivíduo, na relação apenas de culturalização e socialização, está entorpecido com o meio e não interfere na construção da sua identidade e, por conseguinte, na sua inclusão interna e externa ao grupo. Estas ideias associam-se as concepções essencialistas e primordialistas, analisando a construção da identidade como: “[...] uma propriedade essencial inerente ao grupo que é transmitida por ele e no seu interior, sem referências aos outros grupos. A identificação é automática, pois tudo está definido desde seu começo”. (CUCHE, 1999, p.180).

As concepções objetivistas da identidade, apresentadas acima, são aquelas considerando que a identidade só pode existir a partir das vinculações objetivas dos indivíduos e grupos, quais sejam: hereditariedade, genealogia, língua, cultura, religião, psicologia básica. Conforme observamos, aprisionam o indivíduo e o grupo numa identidade imutável e impenetrável, impossibilitando a dinâmica da construção das identidades.

Apresentadas as noções objetivistas, Cuche (1999) apontou para as construções que consideram a identidade e as relações com o indivíduo e o grupo como algo do campo da subjetividade. Apesar de não aprofundar a abordagem sobre as concepções

subjetivistas da identidade³, o autor chamou a atenção para o efeito contrário provocado pela concepção subjetivista, que age desvinculando o indivíduo das suas filiações genéticas e culturais. Cuche (1999) indicou que sua crítica fundamental, dos subjetivistas ao objetivismo, residia na ponderação de que a identidade não é algo dado. A identidade é, portanto, resultado da ação do indivíduo nos seus contextos e situações sociais. Nesse sentido, observamos que: se por um lado as concepções objetivistas expõem os limites de uma constituição identitária essencialista, por outro as concepções subjetivistas apresentam limites quando consideramos que a identidade não é fruto apenas da escolha individual:

[...] o ponto de vista subjetivista levado ao extremo leva à redução da identidade a uma questão de escolha individual arbitrária, em que cada um seria livre para escolher suas identificações. Em última instância, segundo este ponto de vista, tal identidade particular poderia ser analisada como uma elaboração puramente fantasiosa, nascida da imaginação de alguns ideólogos que manipulam as massas crédulas, buscando objetivos nem sempre confessáveis. A abordagem subjetivista tem o mérito de considerar o caráter variável da identidade, apesar de ter a tendência a enfatizar excessivamente o aspecto efêmero da identidade. Não é raro, no entanto, que as identidades sejam relativamente estáveis. (CUCHE, 1999, p.181).

Num segundo momento, Cuche (1999) assinalou as concepções relacionais e situacionais de identidade. Observa-se que na análise as noções relacionais e situacionais são mais abertas, possibilitando as interações e mediações nas relações de identidade. Para o autor, se pretendemos perceber o porquê de, em alguns momentos, as identidades serem negadas e, em outros, afirmadas, não é resumindo-a ao objetivismo e/ou subjetivismo que conseguiremos efetivar essa compreensão, sendo necessário intuímos a identidade como algo ligado a relação e a situação. O autor ponderou que a construção das identidades é determinada em contextos sociais que se originam e influenciam na "localização" dos agentes sociais. Isso interferindo diretamente nas escolhas que determinam a afirmação ou repressão da identidade individual e/ou grupal. Nesse sentido, há uma indicação a contribuição de Barth para a superação da uma concepção subjetivista/objetivista da identidade. Assim, não é possível considerar os membros de um grupo como sendo definitivamente determinados por sua vinculação

³Na citada obra, Denys Cuche não abordou de forma ampla as concepções subjetivas da identidade, apresentando apenas em uma breve exposição sobre o assunto.

etnocultural: "pois eles são os próprios atores que atribuem uma significação a esta vinculação, em função da situação relacional em que eles se encontram" (CUCHE, 1999, p.183).

Portanto, a identidade é um processo de relação/situação com várias outras identidades. Dialogando com o contexto geral da sociedade onde e está vinculada, determinando e sendo determinada. O que caracteriza a posição entre ser determinado ou determinar é o resultado da relação e da situação com que as identidades se intercambiam. Entretanto, isso também gera consequências sobre a construção das identidades, se considerarmos que para que uma identidade se afirmar ela passa por um processo de identificação, fenômeno inerente aos intercâmbios entre identidades. Nesse sentido, o próprio processo de identificação já evidencia uma dominação, funcionando como imposição ou afirmação de uma determinada identidade, em detrimento de outra/s. Cuche (1999) considerou então que a identidade é um processo de negociação numa relação entre: "auto-identidade" e "hetero-identidade". Apesar de essa relação soar como algo simples, o autor advertiu para as implicações ocorridas na efetivação: "A auto-identidade terá maior ou menor legitimidade que a hetero-identidade, dependendo da situação relacional, isto é, em particular da relação de força entre os grupos de contato – que pode ser uma relação de forças simbólicas." (CUCHE, 1999, p.184).

Observe-se que estas concepções parecem apontar e alertar para uma relação política da dinâmica construção das identidades. Sugerindo, sobretudo, a necessidade de uma atenção para a posição que cada grupo ocupa na sociedade e dos fatores implicativos nas relações com os outros grupos, na sua afirmação e na sua identificação. Justamente por isso que a identidade deve ser entendida no contexto político e abordada como uma questão também de estratégia, uma questão de Estado. Ora, é nas sociedades modernas que o Estado tem o poder legitimado de classificar as identidades e influenciar diretamente nas suas afirmações ou repressões. Consideremos agora, que o Estado efetiva, em auto grau, a identificação e classificação das identidades, agindo com força de imposição cultural sobre elas. Com efeito, esta identificação e classificação resultam numa "etnicização" dos grupos subalternizados, conforme apontou o autor:

O poder de classificar leva à "etnicização" dos grupos subalternos. Eles são identificados a partir de características culturais exteriores que são consideradas como sendo consubstanciais a eles e logo, quase imutáveis. O

argumento de sua marginalização e até de sua transformação em minoria vem do fato de que eles são muito diferentes para serem plenamente associados à direção da sociedade. Pode-se ver que a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais. (CUCHE, 1999, p.187).

A identificação e classificação das identidades nas sociedades atuais ocorre a partir desse contexto. Essa é uma das principais formas de efetivação da força real, simbólica e efetiva do Estado. Se considerarmos os acontecimentos do final do século XX, principalmente o alargamento dos chamados Estados-Nações, observaremos a existência de consideráveis energias trágicas sob a causa e o efeito da classificação de identidades de grupos e minorias subalternizadas. As implicações ocorridas a partir de então, correspondem a indivíduos cada vez menos livres. Assim, notamos que a ação do Estado é como um "novo objetivismo" da construção das identidades, que opera sobre uma situação relacional e situacional, onde os grupos subalternizados, caracterizados "agentes sociais fragilizados", apenas seguem a imposição do agente melhor localizado: o Estado. Portanto, segundo ponderou o próprio Cuche (1999), a relação de dominação empreendida pelo Estado, tem efeito duplo: 1) – a burocratização e a força de classificar e determinar a identidade do outro leva os grupos a se fecharem nas classificações; 2) – ocorre uma apropriação dos meios de classificação e identificação que estimula os grupos à defesa de suas identidades, agindo no "jogo das identidades" e positivando a ação que "falsifica", burocratiza e impõe a identidade.

A fim de possibilitar a ampliação deste entendimento, o autor apresentou a proposta de "Identidade Multidimensional": "[...] Nenhum grupo, nenhum indivíduo está fechado *a priori* em uma identidade unidimensional. O caráter flutuante que se presta a diversas interpretações ou manipulações é característico da identidade." (CUCHE, 1999, p.192). Obviamente que, conforme o próprio autor propôs, a ideia de identidade multidimensional é um fenômeno recente nos estudos das sociedades, cabendo contestar em que grau ela corresponde a uma ação de fuga da relação desvantajosa com o Estado. Para auxiliar este entendimento, Cuche (1999) exemplificou com as situações provocadoras das migrações, que forçam grupamentos inteiros a assumirem identidades outras, a fim de corresponder à sobrevivência em uma situação particular, numa conjuntura específica. O que é importante nas considerações de Cuche (1999) sobre a proposta de identidade multidimensional é observar, mais uma vez, que a

identidade corresponde a forças externas e internas, num movimento de mão-dupla, onde a força e a colocação das vias de interferência corresponderão ao grau de afirmação e/ou negação desta ou daquela identidade.

Aprofundando o conceito de identidade multidimensional e relacionando-o com as movimentações da identidade, foi possível conceber a ideia de identidade como estratégia, ou das estratégias da identidade. Observamos, ao longo das abordagens sobre a identidade, que esta pode "aceitar" a manipulação e a interferência externa; movimentar-se de acordo com a relação e a situação; posicionar-se num entendimento estratégico da conjuntura e; definir-se na relação social conforme seus interesses. Entretanto, ainda a ideia de estratégia na construção e efetivação das identidades, não pode considerar os sujeitos e os grupos como livres para pensar e direcionar a/s sua/s identidade/s. Todavia: "[...] Ao se enfatizar o caráter estratégico da identidade, pode-se ultrapassar o falso problema da veracidade científica das afirmações de identidade". (CUCHE, 1999, p.197).

A identidade é esse complexo tema, um fenômeno correspondendo aos desdobramentos da constituição das grandes sociedades e das suas relações com outras sociedades e grupos e; do indivíduo consigo mesmo, com estes grupos e com as tantas outras situações sociais. A identidade se inventa e se reinventa, se posiciona e se reposiciona, eivando-se de problemáticas sociais que formam um verdadeiro mosaico cultural e espacial das relações cosmológicas da sociedade. Suas fronteiras, conforme analisa Cucho (1999) dialogando com autores como Fedrick Barth, estão significadas de problemáticas onde o próprio exercício de teorizá-las é parte do desafio de constituir a própria identidade.

A proposta de análise a partir das ideias de Manuel Castells (1999), estimula refletir como dialogar com a concepção de estratégias da identidade, apresentada inicialmente em Denys Cucho (1999) a fim de abranger o comportamento e as assimilações utilizadas pelas reivindicações ligadas à identidade, no final do século XX. Este entendimento nos leva diretamente à percepção de Cucho (1999), que faz uma provocação desafiadora possibilitando abrir caminho para outros entendimentos sobre o fenômeno da identidade: “[...] Se admitirmos que a identidade é uma construção social, a única questão pertinente é: “Como, por que e por quem, em que momento e em que

contexto é produzida, mantida ou questionada certa identidade particular?”” (CUCHE, 1999, p.202).

MANUEL CASTELLS E A IDEIA DE “IDENTIDADE ESTRATÉGICA”

Manuel Castells, em obra publicada no ano de 1999, denominada *O poder da identidade*⁴, envereda por um importante caminho que, focalizado nos fenômenos sociais do século XX, problematiza o quanto à busca pela identidade, bem como a defesa em torno dela, influencia o posicionamento estratégico de grupos e sociedades nos períodos atuais. O autor assinala o quanto essa conflituosa relação se estabeleceu como fator preponderante no ressurgimento e reorganização dos Estados-Nações, destacando as implicações, em um processo de globalização, no arranjo dos espaços sociais e na construção das sociedades envolventes.

Considerando o processo de construção e reorganização das identidades como um resultado da ação da nova dimensão econômica do final do século, ou seja, da globalização das economias e da sua relação com os novos contornos sociais daí resultantes, Castells (1999) propôs também como fator importante e primordial a disseminação das instituições políticas que, numa postura diferenciada, apresentam novas possibilidades reais sobre o comportamento individual e coletivo presentes nas sociedades. Contudo, Castells (1999) chamou a atenção para uma análise necessária a partir das novas dinâmicas teóricas e empíricas. Para o autor, se faz necessária uma crítica para além da concepção inflexível da identidade, sendo imprescindível problematizar as relações das instituições com os grupos, dos Estados com as sociedades. Afinal, essas relações e as estratégias assumidas pelas identidades é a fundamental resposta que as sociedades envolventes e suas instituições dão aos inerentes conflitos gerados pelos desgastes dos ideais dos Estados nacionais e dos seus resultados no conjunto dos processos de construção das identidades coletivas.

Nessa perspectiva, o autor ponderou sobre os acontecimentos que levaram à derrocada do experimento de unificação social na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. Castells problematizou sobre os esforços perpetrados pela URSS, que apostou na tentativa de aliança de várias identidades nacionais em torno de uma só:

⁴*The power of identity*, no original.

uma ideia de identidade da nação socialista. Para o autor, o fim da proposta de unificação onde várias identidades se voltaram, estrategicamente, à reivindicação das suas distinções e justificações primárias levando a um longo processo de desgaste da organização da URSS e da nação socialista, foram evidências mais que importantes do quanto à identidade tem poder de reorganizar espaços sociais numa postura estratégica, se voltando contra as imposições de um determinado Estado que almeje a consignação de uma só identidade.

Os acontecimentos que provocaram a derrocada da unificação da identidade imposta pela URSS possibilitam um campo vasto de análise sobre o fenômeno do comportamento das identidades e seus paradigmas. Castells (1999), tomando como marco analítico aquela situação, evocou o poder da identidade e suas nuances de estratégias políticas e de resistências. Nesse sentido, a partir dos importantes apontamentos da abordagem de Castells (1999), cabe questionarmos até que ponto as várias identidades nacionais, encravadas numa "identidade socialista forçada", se posicionaram estrategicamente, ante a imposição de unificação. Entretanto, cabe ressaltar que com relação ao sentido de identidade como estratégia (ou identidade estratégica), o que provoca o posicionamento relativamente passivo diante de uma imposição de identidade não é somente a própria injunção. Devem-se considerar, sobretudo, as estratégias de sobrevivências de uma ou outra identidade, bem como as suas "acomodações". Talvez, o limite deste posicionamento estratégico das identidades abrandadas na identidade de nação socialista, tenha sido resultado do próprio desgaste da identidade unificada e, naquele caso, imposta pela força de Estado.

Em outro exemplo, Castells (1999) analisou o arrolamento do Estado com a sociedade e seus grupos étnicos, apontando a histórica e conflituosa relação entre os Catalães e o Estado Espanhol, propondo que esse fenômeno vem corroborando, principalmente, a dinâmica dos processos de construção das identidades quando influenciados pelos sentidos de uma estratégia de sobrevivência vinculada à uma etnia. Assim, o sentimento de pertencimento a um grupo exerce influência no comportamento estratégico de uma identidade e isso pode favorecer a reivindicação de uma força identitária original e fundamental, portanto, como estratégia de existência/resistência da identidade daquele certo grupo. Para Castells (1999), a postura do Estado espanhol de impor o constrangimento da identidade nacional, aceitando a identidade catalã, é uma

revelação do poder de uma identidade sob contornos estratégicos-étnicos, agindo no contra fluxo da imposição de outra. Por isso mesmo, Castells (1999) reservou espaço especial na sua teoria para as identidades cujos reconhecimentos estão relacionados com uma justificação étnica: “[...] Ao longo da história da humanidade, a etnia sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento. Trata-se de uma das estruturas mais primárias de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, em muitas sociedades contemporâneas, [...]” (CASTELLS, 1999, p.71).

Entretanto, os exemplos práticos utilizados por Castells (1999) possibilita ampliar mais ainda o caminho para um movimento teórico dotado de dados empíricos, correspondendo a uma crítica das ideias e propondo a identidade como algo não apenas imposto pelo Estado: "Assim, constrói-se o nacionalismo a partir de ações e reações sociais, tanto por parte das elites quanto das massas, conforme sustenta Hobsbawm, contrariando a ideia de Gallner" [...] (CASTELLS, 1999, p.48). Nesse sentido, ressalta-se que Castells (1999) posicionou-se diante do fenômeno da identidade entendendo-a como um paradigma que precisa ser mais e melhor elaborado e, portanto, propondo-a como algo que também exerce força, numa relação de mão-dupla, para com as instituições e o Estado: [...] "Assim, a experiência soviética desmente a teoria segunda a qual o Estado é capaz de construir identidade nacional por si só." (CASTELLS, 1999, p.56). Mais que isso, Castells (1999) situou ainda, a importante relação estratégica inerente ao próprio processo de construção de uma identidade, onde grupos se posicionam no conjunto da sociedade reivindicando o reconhecimento de uma “identidade diferente” e se colocando numa relação com o contexto social amplo, dialogando com forças internas e externas no campo do "jogo das identidades": [...] "Comunidades podem ser imaginadas, mas isso não significa necessariamente que serão acolhidas pelo povo." (CASTELLS, 1999, p.56).

Essas reflexões críticas do autor correspondem a uma análise teórica a partir de situações concretas, trazendo à luz as relações conflituosas da identidade. Como instrumento principal da sua crítica, Castells (1999) recorreu às abordagens que indicam uma ampliação da teoria das identidades, relacionando-a com a própria dinâmica social e propondo-a como um construto ativo e, portanto, passível de pesquisas e observações

ampliadas⁵. Na medida em que Castells (1999) apresentou os seus enfoques, apesar de uma aproximação não explicitamente enunciada, a sua teoria ligou-se com a ideia de identidade como estratégia; como resultante da própria relação dinâmica do "jogo"; causa-efeito de um processo político; com o qual guarda íntimas relações. Assim, o anunciado por Denys Cuche (1999), e apontado por Boaventura Santos (1994), aparece também em Castells: [...] "mas o que realmente importa, tanto do ponto de vista prático quanto teórico é, como, a partir de quê, por que e para quê uma identidade é construída". (CASTELLS, 1999, p.48).

A conclusão sobre as abordagens de Castells (1999) nos leva a concordar com a ideia de que a identidade é construída e reconstruída numa relação estratégica, como já apontou Cuche (1999) e Santos (1994). Cabendo, conforme esses autores indicaram de forma provocativa, perceber quais são as estratégias das identidades; quais são os resultados internos e externos dessas estratégias e os seus desdobramentos no contexto político do "jogo das identidades em construção". A análise proposta por Santos (1994), provoca a reflexão sobre os desdobramentos de uma "identidade factícia".

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS: "IDENTIDADE FICTÍCIA" (?)

A compreensão de Santos (1994) sobre a identidade é uma importante contribuição para a percepção deste fenômeno a partir de um olhar crítico, de uma análise dinâmica. O autor considerou que os problemas a respeito das identidades são oriundos das novas perspectivas presentes no conjunto das teorias sociais, bem como das próprias dinâmicas sociais dos últimos tempos. Para o pesquisador português, a temática tornou-se mais importante nos recentes períodos e a tendência comum é que cresça ainda mais enquanto problema social. O autor acredita que a modernidade carrega em si mesma as próprias indagações sobre as identidades, expressa na subjetividade dinâmica dos questionamentos modernos:

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de

⁵Para uma maior visualização da análise teórica de Castells e a sua relação com autores como Anderson, Hobsbaw, Rubert e Deutsch, ver a própria obra *The power of identity*. Em nosso artigo interessa-nos primordialmente as ideias de Castells sobre a identidade como estratégia.

identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 1994, p.31).

A proposta de Santos (1994) também destacou a identidade como algo dinâmico, aproximando-o das reflexões de Cuche (1999) e das abordagens de Castells (1999). Dessa forma, em Boaventura Santos também está presente o questionamento feito pelos outros pensadores: [...] "É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados". (SANTOS, 1993, p.32). O que caracteriza a contribuição de Santos (1994) é a ênfase numa problematização diferenciada concebendo à identidade como um processo de complexidade muito mais ampla, se consideradas as ideias presentes em Castells (1999) e em Cuche (1999). O sociólogo português, além de entender que o fenômeno da identidade corresponde a uma relação de poder, de estratégia, também a propôs como uma questão mais paradigmática em relação às forças externas e internas: "A questão da identidade é assim semi-fictícia e semi-necessária. Para quem a formula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia." (SANTOS, 1994, p.32).

Foi esse "salto teórico", característico na abordagem de Santos (1994), que possibilitou a visualização de questões intrigantes em torno do fenômeno da identidade. Ao longo da contribuição do autor, a ideia de identidade fictícia foi evidenciada nas relações estabelecidas historicamente entre quem pergunta e quem responde pela identidade. Nesse sentido, além de posicionar as forças externas, onde destaca-se o Estado, o autor elaborou uma teoria com ênfase também diferenciada ao indivíduo/grupo/comunidade que responde a essas forças e, digamos: cria dinamicamente a identidade.

Em sua análise o sociólogo português apontou como o processo de criação das identidades foi subvertido em uma relação de imposição e dominação fortemente

eurocêntrica⁶. Nesse sentido, várias identidades foram suplantadas por uma concepção ideológica de que a identidade válida é aquela vinculada, necessariamente, as imposições da identidade da sociedade considerada civilizada. Originando a proposta do autor de identidade fictícia, chama-se a atenção ainda, para a "conversão perversa das energias emancipatórias em energias regulatórias", que ocorreu quando a promiscuidade assumiu a frente do projeto da modernidade e sua relação com o desenvolvimento capitalista, fenômeno notadamente evidente na segunda metade do século XX. Nesse contexto, o Estado acumulou forças descomunais nas relações com a sociedade, interferindo de maneira extremamente nociva nas relações da sociedade civil e, portanto, nos processos de identidade. Por outro lado, as demandas de mercado também exercem força sobre esses processos, interferindo nas suas lógicas:

[...] o outro não é um verdadeiro indivíduo porque o seu comportamento se desvia abissalmente das normas da fé e do mercado. Tampouco é detentor de subjetividade estatal, pois que não conhece a ideia do Estado nem a de lei e vive segundo formas comunitárias, pejorativamente designadas por bandos, tribos, hordas, que não se coadunam, nem com a subjetividade estatal, nem com a subjetividade individual. A este propósito deve-se salientar que o discurso jurídico é um suporte crucial da linguagem abstrata que permite descontextualizar e conseqüentemente negar a subjetividade do outro no mesmo processo em que a designa e a avalia à luz de critérios pretensamente universais. (SANTOS, 1994, p.35).

Observemos, na segunda parte da citação acima, o destaque sobre a questão jurídica: existindo um espaço reservado para o poder do Estado que se expressa sobre a identidade do outro com força e aparato organizado. Cuche (1999) apontou para uma reflexão a respeito da identidade como um problema de Estado; Castells (1999) advertiu que o fenômeno da identidade está necessariamente relacionado com o posicionamento estratégico ante as forças externas institucionais; Santos (1994) problematizou a presença dessa força, propondo uma complexidade do paradigma em torno do fenômeno identidade.

Nessa proposta de complexidade há uma referência as resistências à imposição de forças internas que contextualizam a identidade como algo visto de fora. A resposta

⁶Neste ponto, a análise histórica de Boaventura de Sousa Santos é riquíssima, não sendo possível pormenorizá-la nos limites desse nosso artigo.

fundamental para essas imposições, corresponde ao que denominou-se “contestações românticas” e, em outras instâncias, “contestações marxistas” da identidade:

[...] Contra uma racionalidade descontextualizada e abstrata crescentemente colonizada pelo instrumentalismo científico e pelo cálculo econômico, o romantismo propõe uma busca radical de identidade que implica uma nova relação com a natureza e a revalorização do irracional, do inconsciente, do mítico e do popular e o reencontro com o outro da modernidade, o homem natural, primitivo, espontâneo, dotado de formas próprias de organização social. Contra a parêntese indivíduo-estado e o juridicismo abstrato que a regula, o romantismo glorifica a subjetividade individual pelo que há nela de original, irregular, imprevisível, excessivo, em suma, pelo que há nela de fuga à regulação estatal-legal.

[...] A recontextualização da identidade proposta pelo marxismo contra o individualismo e o estatismo abstratos é feita através do enfoque nas relações sociais de produção, no papel constitutivo destas, nas ideias e nas práticas dos indivíduos concretos e nas relações assimétricas e diferenciadas destes com o Estado. Por esta via, o conflito matricial da modernidade entre regulação e emancipação passa a ser definido segundo as classes que o protagonizam: a burguesia do lado da regulação e o operariado do lado da emancipação. (SANTOS, 1994, p.36).

Para aproximações com a noção de identidade fictícia, cabe aqui⁷ apenas ressaltar a crítica feita por Santos (1994) às duas formas de resistências apresentadas: na primeira há um processo de utopização em torno das identidades, onde a resposta ocorre no sentido de um *éthos* religioso, ratificando assim novas formas de um processo de ficção em torno da identidade; na segunda, as subjetividades, característica fundamental no processo de construção das identidades, são devoradas em um verdadeiro processo antropofágico. Nesse sentido, o que antes era realizado pelo Estado passa a ser desempenhado pela ideia de classe, ou seja, há um aprisionamento externo da identidade que, por sua vez deve responder a nova força aprisionadora imposta a ela: a ideia da sociedade de classes.

Mas, poderíamos perguntar sobre por que recorrer às observações de Santos (1994), uma vez que existem indícios de que Cuche (1999) e Castells (1999) também localizaram os mesmos problemas apontados pelo sociólogo português. Afinal, ao apontar o objetivismo das identidades, Cuche (1999) localizou uma prisão em torno das concepções que posicionam o indivíduo e o grupo em visões vinculando o fenômeno da identidade à consanguinidade e à cultura. Por sua vez, Castells (1999) observou que a

⁷Dados os limites do estudo proposto neste artigo, não é possível aprofundar a análise sobre as noções de “contestações românticas” e “contestações marxistas” da identidade.

ideia de imposição da identidade de nação socialista foi o próprio resultado da sua queda: não foi possível sustentar-se, mesmo que a participação das identidades que a compunham tenha sido percebida como uma estratégia da identidade. Entretanto, a questão primordial é a ampliação realizada pela teoria proposta por Santos (1994). Ela alargou as possibilidades analíticas sobre o fenômeno da identidade, localizando criticamente as relações de construção das identidades de forma que se percebe, mesmo que não facilmente, dada a complexidade teórica, como é possível caminharem em torno de uma ficção. Isso ocorre, principalmente, a partir de uma análise que compreende a ação do Estado num corpo jurídico, o que não foi expresso de maneira específica por Cucho e Castells. Ademais, a análise das relações com a noção de imposição de identidade a partir da colonização numa contextualização histórica, possibilita visualizar a proposta teórica diferenciada de sociólogo português. Finalmente, observamos também que, ao seu modo, o pensador apresentou pontos de aproximação com Cucho (1999) e Castells (1999): criticando o colonialismo e a modernidade. E mais: quando do questionamento primário, a aproximação também ficou evidente: quem, porquê, para quê e como, pergunta pela identidade?

Existindo ainda em Santos (1994), uma percepção bem mais completa e complexa do fenômeno da identidade, o seu entendimento sobre os paradigmas contemporâneos possibilita uma abordagem atual do fenômeno:

A multiplicação e sobreposição dos vínculos de identificação — a que hoje assistimos — particulariza as relações e, com isso, faz proliferar os inimigos e, de algum modo, trivializá-los, por mais cruel que seja a opressão por eles exercida. Quanto mais incomunicáveis forem as identidades, mais difícil será concentrar as resistências emancipatórias em projetos coerentes e globais. (SANTOS, 1994, p.42,43).

Além de ver o problema das identidades como algo mais complexo, a análise de Santos (1994) pode ser percebida como crítica a vários campos teóricos⁸, como também em várias situações. Desde as mais locais, àquelas mais gerais. Assim, pensar a identidade como um processo de ficção é, a partir desta perspectiva, problematizar desde as teorias que abordam o fenômeno, até as situações sociais concretas. Também o

⁸A abordagem de Boaventura de Sousa Santos problematizou campos da teoria social que vão desde Durkheim até Weber.

contexto em que tornaram-se mais importantes os processos legalizados de identificação do outro, pode ser visualizado a partir de outras complexidades quando aproximamos da teoria do autor. A identidade fictícia proposta por Santos (1994), se aproximada das situações concretas da atualidade e possibilita respostas as contestações feitas pelos três teóricos analisados. Entretanto, somente a análise de situações sociais específicas pode nos auxiliar a responder aos questionamentos das identidades e a visualização dos fenômenos e paradigmas inerentes as mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: BREVE ANÁLISE CRÍTICA DOS DEBATES HISTÓRICOS SOBRE A IDENTIDADE

A ideia da existência de uma identidade cultural é discutida nas Ciências Sociais desde os seus primórdios. Já nas primeiras experiências de pesquisas das sociedades, mesmo com os limites relativos ao pensamento dominante naquele período, Heródoto confrontava-se com a constatação de haver um *outro* diferente do *eu*. É bem verdade que falar de um *outro* e/ou de um *eu*, naqueles contextos iniciais, é resultado de uma suposição analítico-temporal da experiência sociológica. Entretanto, com certo esforço intelectual, podemos considerar sim, uma possibilidade já da existência epistemológica dos dois. Com efeito, se ambos existem, existe também aí – como possibilidade científica – o germe da concepção de uma identidade.

Nas Ciências Sociais construíram-se abordagens e conceitos fundamentais que foram elaborados e definidos com o passar do tempo. Ao passo que o Iluminismo se materializava, os primeiros “olhares diferenciados e qualificados” foram estabelecidos sobre os mais variados contextos sociais. Esses contextos além da Europa, constituíam partes importantes das situações humanas, correspondendo a reconhecida diversidade de comportamentos e com fins incontáveis de uso do intelecto, do corpo, das relações sociais e do diálogo com o meio onde ocorrem “conflitos com a vizinhança”. Mesmo assim, apesar de todos os instrumentos que constituem a identidade estarem presentes, o conceito ainda não estava epistemologicamente definido. Era necessário, portanto, um olhar para si?

Olhar para si e ver a existência do outro nas situações humanas complexas, dependendo de como se olha, poderia objetivar a compreensão sobre a identidade

sociocultural. Entretanto, o olhar que olhou, no lugar de conceber a existência da diversidade humana, por vezes quis extirpa-la. Eis o *Etnocentrismo* que por muito tempo dominou as análises sociais, nublando a afirmação da identidade. A partir de então, o outro converteu-se no “sem alma”, “sem vergonha”... observe-se que este ser estranho, ironicamente, sequer pôde ser “sem identidade”. Tudo bem se considerado uma “idade média” das Ciências Sociais? O que seria necessário, portanto, para o conceito de identidade ser discutido/definido? Quiçá, a crítica tenha rompido a última fronteira apresentada para que a identidade fosse reconhecida.

Com as abordagens da Antropologia moderna aberta à crítica contemporânea, foram favorecidas as discussões sobre o conceito de identidade. As teorias antropológicas do século XX, especialmente na sua segunda metade, propunham uma problematização dos contextos sociais, interagindo com a diversidade humana e concebendo a existência das diferenças e de como elas constituem algo particular nas relações sociais. Surgiu daí a ideia de que essas diferenças se manifestam numa relação dialógica onde o indivíduo, na sua relação coletivizada com o outro, expressa a sua diferença ou defende o direito de ser diferente e; o coletivo, também na relação coletivizada, interage com cada indivíduo num contexto social complexo de existência das várias diferenças. É nesse sentido, que Frederick Barth, por exemplo, entende a identidade a partir das suas fronteiras, como algo relacional e/ou situacional, conforme apresentado por Poutignat et al. (1998). Enfim, diante desta “abertura científica” o conceito de identidade passou a ser discutido pelas Ciências Sociais.

Mas, bem sabemos que um conceito é fator ímpar de contribuição dos paradigmas. Portanto, nenhum conceito está livre da crítica, ou do seu uso crítico. Dessa forma, surgiram abordagens questionadoras indagando sobre os meios que contribuem para a construção conceitual da identidade. As indagações vão desde as provocações se a identidade é apenas correspondente à questão sanguínea, até se ela não seria fictícia, como apresentamos acima. Todavia, de todas as respostas às questões suscitadas pelos debates históricos sobre a identidade, talvez as mais fundamentais foram aquelas que provocaram novas perguntas, conforme vimos na aproximação entre os três autores abordados inicialmente neste artigo: quem? Por que? Quando? Para que? Em que condições, pergunta pela identidade?

De todas as constatações críticas que o conceito de identidade fez surgir, talvez as mais importantes tenham sido aquelas que evidenciaram novos olhares como, por exemplo: a identidade é política, estratégica, situacional e relacional; ao tempo que também é resultada de uma relação social, grupal, de consanguineidade. Outros pensadores também propuseram questões mais instigantes: Cardoso (2006), por exemplo, equacionou o momento de crise em que estão engendradas as identidades modernas, para evidenciar os “descaminhos do eu” – do *self*; Bauman (2005), recorreu à metáfora de uma identidade moderna-líquida; Hall (2005), provocou no sentido de pensar uma identidade cultural na pós-modernidade, questionando como o culturalismo contribuiu para pensar estas “identidades multifacetadas”. Assim, precisamos olhar para as abordagens sobre o conceito nos mais diversos períodos: de Malinowski à Levi Strauss; de Geertz à Mauss; de Goffman à Tylor... reconhecendo os limites e contribuições da “ciência dos homens”, nas discussões e compreensões sobre o conceito de identidade. Afinal, somos mulheres e homens, estudando e observando outras mulheres e homens, em espaços de mulheres e homens, construindo a ciência que trata de/sobre/para mulheres e homens. Na atualidade, este entendimento se consolida nas Ciências Sociais.

Em resumo, as identidades emanam como resultado e resultante de um debate histórico. Nas relações sociais existentes nas sociedades complexas, talvez a identidade tenha alcançado o nível de se auto questionar, num sentido em que cabe as Ciências Sociais, bem como aos seus pensadores, entender e expressar as razões pelas quais ocorrem esses questionamentos, como também os resultados que surgem deles. A resistência sociocultural, as situações transculturais, as mobilizações dos mais variados grupos existentes atualmente, evidenciam novos horizontes para as abordagens sobre a identidade. Nesse sentido, o conceito de identidade se apresenta como parte fundamental da própria razão de existir das Ciências Sociais, da própria existência de mulheres e homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CATELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 31-52, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v5n1-2/0103-2070-ts-05-02-0031.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.